

política

Rigotto defende lista sêxtupla para indicações ao STF

Chefe do Executivo faria escolha a partir de nomes propostos por entidades



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Na última entrevista da série com os candidatos ao Senado Federal, o **Jornal do Comércio** ouve as propostas do ex-governador Germano Rigotto (MDB). O emedebista é um dos nomes que concorrem a senador na chapa majoritária liderada pelo vice-governador Gabriel Souza (MDB).

Ao analisar a crise institucional no Supremo Tribunal Federal (STF), Rigotto defende a mudança na maneira como os ministros da Suprema Corte são escolhidos: em vez de o presidente indicar diretamente um nome para o STF, instituições ligadas a advocacia e ao Judiciário indicariam uma lista sêxtupla; o Senado escolheria três nomes dessa lista; e o presidente escolheria um dos três nomes restantes.

Quanto às propostas para as contas públicas estaduais, o emedebista defendeu o prolongamento por mais três anos da suspensão da dívida do Estado com a União e a aprovação do projeto que cria o Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste. E criticou ainda o “sequestro” do orçamento para emendas parlamentares e o gasto público do governo federal.

Jornal do Comércio - O senhor tem sido um dos defensores da criação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste nos debates com os candidatos ao Senado. O que falta para esse projeto ir à votação no Congresso Nacional?

Germano Rigotto - Temos que lutar, mais do que nunca, por esse fundo. Até porque as mudanças climáticas estão impac-

tando mais o Sul, principalmente o Rio Grande do Sul. Então, no Senado Federal, o trabalho vai ser dar continuidade à tramitação dos projetos que criam os fundos. Um fundo constitucional traz recursos federais para investimentos em regiões mais deprimidas ou menos desenvolvidas do nosso Estado. A metade norte gaúcha é mais desenvolvida, a metade sul tem um potencial de desenvolvimento maior do que está tendo. O fundo pode financiar esse desenvolvimento.

JC - A aprovação dos fundos constitucionais para o Sul e o Sudeste necessita dos votos de parlamentares de outras regiões também. Como projeta essa articulação?

Rigotto - Sem dúvida, isso passa por uma articulação no Congresso, que não envolve só os senadores do Sul e do Sudeste. Para aprovar isso, precisamos do apoio de senadores das regiões que já têm o fundo. Aí entram as características necessárias aos senadores...

JC - Por exemplo?

Rigotto - É fundamental a um senador ter capacidade de diálogo, de articulação, de trânsito, além de ter equilíbrio. Não adianta gritar. Então, eu diria que, ao longo da minha vida, eu demonstrei ter essas características nos cargos que ocupei: vereador de Caxias do Sul, deputado federal, líder do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002), governador do Rio Grande do Sul. Então, estou preparado para um desafio como este, de ser senador.

JC - Um dos assuntos mais urgentes sobre as contas públicas do Rio Grande do Sul é a prorrogação do Funrigs. Se ele não for prorrogado, o Estado deve voltar a pagar as parcelas mensais da dívida em 2027. Qual o melhor caminho para a prorrogação?

Rigotto - Se não tivermos a prorrogação do Funrigs, o próximo governo vai ter dificuldade. Então, é muito importante a suspensão do pagamento da dívida por mais três anos.

JC - O valor das parcelas mensais iria para o Funrigs



Germano Rigotto (MDB) integra chapa majoritária de Gabriel Souza (MDB)

Perfil

Germano Antonio Rigotto nasceu em 1949 em Caxias do Sul. É formado em Direito e Odontologia pela Ufrgs. Começou a vida política no movimento estudantil. Filiou-se ao MDB em 1975 e foi o vereador mais votado de Caxias em sua primeira eleição, em 1976. Em 1982, conquistou vaga na Assembleia Legislativa. Reeito em 1986, atuou na Constituinte Estadual e foi líder do governo Pedro Simon (PMDB, 1987-1990). Elegeram-se deputado federal em 1990, 1994 e 1998. Foi presidente da Comissão de Reforma Tributária e líder do governo FHC na Câmara. Em 2002, se elegeu governador do RS. Em 2018, foi candidato a vice-presidente na chapa de Henrique Meirelles (MDB). Coordenou o plano de governo de Simone Tebet (MDB) na disputa presidencial em 2022. É candidato a uma das duas vagas ao Senado Federal pelo Rio Grande do Sul.

nesse período? Ou a suspensão da dívida aconteceria independentemente do Funrigs?

Rigotto - Alguns falam em prorrogar o Funrigs (cujos recursos são destinados a obras de reconstrução após a enchente de 2024, e a preparação do Estado para eventos climáticos extremos). Outros falam em suspender a dívida por três anos independentemente do Funrigs. Nesse caso, o Estado teria liberdade de definir onde vai fazer o investimento. O importante é que, por pelo menos três anos, o Estado não vai ter condições de pagar dívida.

JC - Como enxerga a crise institucional entre os Poderes?

Rigotto - Tem três pontos importantes que precisam ser discutidos no Senado. Primeiro, há um problema no Congresso Nacional, que sequestra R\$ 62 bilhões do orçamento público para emendas parlamentares, grande parte delas sem nenhuma transparência, levando a escândalos de corrupção, fisiologismo e clientelismo. Então, não é possível dizer que isso está certo, independentemente de quem seja o presidente.

JC - Qual o segundo ponto?

Rigotto - Há um Executivo



É muito importante a suspensão do pagamento da dívida (do Estado com a União) por mais três anos

(federal) irresponsável na questão fiscal. Em ano eleitoral, (o governo federal) cria programas populistas, tenta influenciar o resultado da eleição com isso, expande o gasto público. O descontrole no gasto público significa um aumento da inflação, aumento da taxa de juros através da política monetária do Banco Central, e manutenção da taxa Selic em 14%. O que é um absurdo.

JC - O terceiro ponto diz respeito ao Judiciário?

Rigotto - Quando olhamos para o STF, tem muita gente dizendo que precisamos cassar ministros. Primeiro, se o ministro errou, cassá-lo é uma obrigação. Por que o Senado está acovardado hoje? Porque existe o famoso foro privilegiado, que faz com que os senadores e deputados federais sejam julgados pelo Supremo em eventuais disputas judiciais. Como tem gente com o chamado “rabo preso” no STF, os pedidos de impeachment (de ministros do STF) simplesmente não andam.

JC - Defende o fim do foro privilegiado?

Rigotto - Defendo uma reforma estruturante, que inclui o fim do foro privilegiado. Mas também inclui a mudança do método de escolha dos ministros do STF e o fim das decisões monocráticas.

JC - Como funcionaria a escolha dos ministros?

Rigotto - A indicação do ministro não pode sair da cabeça do presidente, porque já fica com o carimbo de ministro do Lula, do Temer ou do Bolsonaro. Defendo uma lista sêxtupla: o Conselho Nacional de Justiça indica dois nomes; o Conselho Nacional do Ministério Público, mais dois nomes; e a OAB, mais dois. Esses seis nomes são analisados pelo Senado Federal, que seleciona três nomes para ser mandados ao presidente. Finalmente, o presidente escolhe um. O ministro que passar por essa peneira de várias instituições vai ter muito mais independência e não vai ter os carimbos de ministro desse ou daquele presidente.